

AS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL: UM ENSAIO SOBRE OS DESAFIOS TEÓRICOS RECENTES

FAUSTO BRITO¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio² é refletir sobre as migrações internas no Brasil recente. A complexidade do tema não possibilita uma tarefa simples. São apenas alguns passos em um caminho nada trivial, quando as perguntas podem, a princípio, se sobreporem às conclusões. Mas, aí está o desafio: quando não se têm respostas pré-determinadas, as perguntas suscitadas no movimento de compreensão da realidade constituem um roteiro para a reflexão teórica. Seria, então, mais realista dizer que o objetivo deste ensaio é constituir-se num roteiro para progredir nesse difícil caminho de compreender a mobilidade espacial da população no contexto atual da sociedade brasileira.

A produção intelectual sobre as migrações internas no Brasil, ou sobre a mobilidade espacial da população, de uma maneira geral, tem sido extensa e rica em informações. Há uma grande predominância de textos empíricos, que se multiplicam com a grande disponibilidade de dados disponíveis. Esses podem ser uma base segura para a reflexão teórica. Sabe-se bem, entretanto, que a mera regularidade empírica não se constitui, necessariamente, numa evidência de causalidade e, muito menos, em teoria.

A reflexão, com pretensões à elaboração teórica, requer algo mais de um fenômeno, como as migrações, que não é neutro. Pelo contrário, é um

¹ Professor e pesquisador do Departamento de Demografia e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq

² Este ensaio é uma versão revista e ampliada do texto apresentado no Taller CELADE de Migracion Interna, Brasília, 2007: Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números.

processo social que encerra em si toda a complexidade da sociedade na qual ela está inserida. Pela importância que têm para a sociedade brasileira, as migrações não podem ser compreendidas independentemente dela. E, de acordo com essa mesma sociedade, estão em constante transformação, deixando marcas no passado, estruturando o presente e projetando-se para o futuro.

Grande parte das teorias que ainda servem de referência para a análise das migrações internas no Brasil, e nos países em desenvolvimento em geral, foram elaboradas nos anos sessenta e setenta, ou até mesmo antes. Elas se referem a um contexto histórico específico e foram importantes para compreendê-lo. Contudo, já se distanciam da realidade atual em profunda transformação e necessitam ser revistas. Pensar sobre elas, porém, pode ser um passo importante na elaboração do roteiro a que se propõe esse ensaio. Mesmo sabendo que as migrações são um fenômeno muito mais amplo, este ensaio será restrito às migrações em direção às áreas urbanas, particularmente, em direção às grandes cidades e aglomerados metropolitanos. Não é uma escolha ao acaso, pois as migrações rural-urbanas são o núcleo da maior parte das teorias elaboradas nesse período.

O PARADIGMA GERAL DAS TEORIAS SOBRE AS MIGRAÇÕES

As análises econômicas e sociológicas sobre as migrações internas foram fortemente influenciadas, respectivamente, pela teoria do desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra e pela teoria da modernização social. Na primeira, encontra-se a concepção de que as migrações são um poderoso mecanismo de transferência da população de regiões agrícolas, densamente povoadas, e com uma produtividade do trabalho extremamente baixa, para os setores urbanos e industriais da economia capitalista, onde o progresso técnico intrínseco garante uma produtividade do trabalho muito mais elevada.

Segundo a teoria da modernização, pode-se dizer que as migrações transferem o grande excedente populacional das áreas tradicionais da sociedade para as cidades, principalmente as grandes, onde predomina um

arranjo social e cultural moderno, baseado nos padrões históricos da sociedade ocidental. Na verdade, as duas grandes teorias se referem a um mesmo fenômeno, as migrações, com uma ênfase analítica maior na economia ou na sociologia.

Mesmo que ocorram obstáculos intervenientes, associados à distância ou aos custos de transportes, assim como aos problemas psicossociais inerentes ao traslado, a virtuosidade econômica e social das migrações é um pressuposto inegável dessas teorias. Essa dimensão positiva das migrações, tanto do ponto de vista social, quanto econômico, serve de pano de fundo para a racionalidade da decisão de emigrar. A análise custo-benefício, em todas as suas dimensões, tende a ser amplamente favorável aos benefícios. Emigrar em direção às grandes regiões urbanas é a opção mais adequada quando o objetivo é a melhoria do padrão de vida, mesmo quando se considera a enorme adversidade que essas regiões impõem aos imigrantes e suas famílias. Até porque elas tendem a ser superadas quanto maior for o tempo de residência desses imigrantes. O migrante é considerado como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar e, portanto, capaz de desenhar os seus caminhos pelo território de uma maneira adequada às necessidades do mercado de trabalho. Como se cada migrante fosse um “empresário de si mesmo” a procurando a localização ótima para o seu “capital humano”³.

A migração, para essas teorias, pode-se deduzir, é positiva e necessária para o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade, assim como delimita uma estratégia “racional” para a melhoria de vida do migrante e da família que o acompanha. Essa dimensão claramente normativa serve ao paradigma que ilumina uma grande parte das teorias sobre as migrações que foram elaboradas nos anos sessenta e setenta do século passado. Ainda que, sob esse paradigma, possam ser encontradas teorias razoavelmente diferentes segundo as suas características epistemológicas e quanto às suas concepções dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais, que estão na raiz do desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras.

³ **VAINER, CARLOS B.**, Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade, in **POVOA NETO, H. E FERREIRA, A.P.**, Cruzando Fronteiras Disciplinares, um panorama dos estudos migratórios, Editora Revan/ FAPERJ, 2005

Vale a pena, antes de prosseguir, fazer uma breve consideração sobre o conceito de paradigma utilizado neste ensaio. Como se sabe, ele se consagrou no meio acadêmico pelo livro de Khun⁴. Conforme esse conhecido livro, o conceito de paradigma se refere aos modelos, ou às idéias, que durante um certo período orientam a atividade científica e sobre os quais há um certo consenso. Um exemplo simples, mas contundente, ajuda a esclarecer o conceito. Se o ponto de partida é um modelo geocêntrico, as atividades científicas e as teorias dele derivadas, são, logicamente, distintas se os pressupostos fossem de um modelo heliocêntrico. São duas visões de mundo, evidentemente normativas, ou, melhor dizendo, são dois paradigmas distintos. Como se observa, pelo próprio exemplo, um paradigma se transforma pelas próprias circunstâncias históricas e através das próprias atividades científicas.

Neste ensaio, o conceito de paradigma é menos pretensioso e se refere apenas às orientações normativas sobre as migrações, que estão incorporadas nas teorias gerais sobre o desenvolvimento econômico e a modernização social. Revê-lo, com pretende este ensaio, é fundamental para se repensar as teorias clássicas sobre as migrações, assim como para se estabelecer as bases de um novo paradigma que fundamente, com a sua nova visão do mundo, em particular das migrações, a elaboração de novas teorias.

Longe de se pretender realizar uma ampla revisão bibliográfica neste breve ensaio, foram escolhidos quatro textos considerados relevantes pela influência que exerceram nas análises das migrações no Brasil. É impossível fugir a uma certa arbitrariedade nessa opção. Os textos escolhidos se assentam sobre as teorias econômica e a sociológica, ou em ambas. Não quer dizer que outras ciências sociais não tenham contribuições importantes para se compreender as migrações. A decisão foi simplificar o árduo caminho pela frente e voltar-se exclusivamente para os objetivos deste ensaio. Os textos são os de Michael Todaro e Paul Singer, pelo lado da Economia, e os de Gino Germani e Eunice Durham, pela Sociologia. Vale esclarecer que não se pretende fazer uma leitura exaustiva deles, mas, principalmente, mostrar a influência da dimensão normativa do paradigma que os iluminam.

⁴ Kunh, Thomas, Estruturas das revoluções científicas; Editora Perspectiva, 1978, São Paulo

AS TEORIAS ECONÔMICAS DAS MIGRAÇÕES

O ponto de partida de Todaro⁵ é o clássico artigo de W. A. Lewis⁶, que observa, nos países em desenvolvimento, uma oferta ilimitada de força de trabalho, ou, em outras palavras, economias onde prevalece uma população numerosa com um grande crescimento vegetativo, face ao capital e aos recursos naturais disponíveis. Dadas as diferenças estruturais entre os setores rural e urbano da economia, é de importância decisiva a transferência de mão de obra entre os dois setores.

A questão fundamental para Lewis, do ponto de vista da interação entre os dois setores, seria a utilização do excedente capitalista. Se ele é reinvestido, mais capital será gerado e mais pessoas serão empregadas no setor capitalista, até desaparecer o excedente de trabalhadores ou até que o total de força de trabalho do setor rural seja transferido para o setor moderno da economia capitalista.

Todaro reconhece que Lewis reproduz, de uma maneira simplificada, para os países em desenvolvimento o que foi a experiência de desenvolvimento econômico dos países mais avançados do Ocidente. Porém, não desconhece a importância da transferência do excedente populacional. Um fenômeno associado, segundo ele, à própria história do progresso material de um país, quando se torna necessária a transferência da população do setor agrícola tradicional, com uma produtividade marginal do trabalho igual a zero, para a indústria moderna, onde a produtividade é positiva e crescente, devido ao progresso técnico.

Todavia, menciona Todaro, que há um equívoco quando se considera que esse processo ocorre em um só estágio. Questiona, devido ao subemprego e desemprego generalizados nos países em desenvolvimento, que nem sempre o trabalhador migrante, sem qualificação, do setor rural poderá encontrar emprego permanente e bem remunerado no setor urbano.

⁵ **TODARO, MICHAEL**; A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos, in Migração Interna, Textos Seleccionados, tomo I, coordenador, **MOURA, HELIO**; Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980

⁶ **LEWIS, W. A.** El desarrollo economico con oferta ilimitada de trabajo, in **AGARWALA A. N., SINGH S.P.**, La economia del subdesarrollo, Editorial Tecnos, Madrid, 1963

Propõe, então, que a migração rural-urbana seja considerada como um processo em dois estágios. O migrante, trabalhador rural não qualificado, para uma área urbana, passará inicialmente por um estágio, durante um certo período de tempo, no chamado setor urbano-tradicional (desempregados abertos, subempregados, empregados ocasionais e empregados do setor informal). Posteriormente, poderá caminhar-se na direção do segundo estágio, engajando-se num emprego permanente no setor moderno.

A hipótese básica de Todaro relaciona a probabilidade de o migrante encontrar emprego urbano com a decisão de emigrar. Mesmo havendo desemprego urbano, ele pressupõe que haja uma racionalidade nessa decisão de emigrar da área rural para a área urbana, que está fundamentada no cálculo econômico de sua renda esperada, ou permanente, e não na renda imediata após a emigração. Como não existe uma situação de pleno emprego, a renda esperada será ponderada, sempre, pela probabilidade de se obter emprego.

Mesmo com essa ponderação, no modelo Todaro, o migrante pode passar algum tempo desempregado, empregado eventual ou subempregado, no primeiro estágio da migração. Como ele é jovem, provavelmente com idade entre 15 e 24 anos, considera que a renda real urbana pode até ser menor do que a renda rural durante um certo período imediatamente após a data de migração. A racionalidade econômica da decisão de emigrar está dada pela possibilidade de transitar para o setor moderno da economia e, portanto, o migrante, de fato, estaria pensando na renda urbana provável – valor presente do fluxo de renda esperado –, quando passasse para o segundo estágio da migração.

Na teoria de Singer⁷, as migrações são historicamente determinadas segundo a modalidade da industrialização. Como o progresso técnico impõe uma racionalidade econômica à industrialização capitalista, gerando economias de aglomeração, reorganizando espacialmente as atividades econômicas, as migrações internas tornam-se economicamente necessárias. Elas são, realmente, um mecanismo de redistribuição da população segundo os interesses do processo de industrialização. Nessa perspectiva, os migrantes são uma

⁷ **SINGER, PAUL**, Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo, in **MOURA HÉLIO**, op. cit.

classe em movimento e são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se, assim, num processo social determinante. No caso dos países em desenvolvimento, os desequilíbrios regionais, que se intensificam com o próprio processo de industrialização, são causas fundamentais nesse processo social.

Singer introduz uma novidade na análise das migrações, consideradas por ele como necessárias e positivas para o desenvolvimento do capitalismo nos países em desenvolvimento. Estabelece uma diferença entre a emigração proveniente de regiões rurais estagnadas e aquelas que têm origem nas regiões afetadas pela introdução das relações capitalistas no campo, através do progresso técnico. No caso dessas últimas, o desemprego tecnológico gera um excedente de mão-de-obra que migra para as cidades, aumentando a produtividade e a qualidade de vida dos que ficam.

Essas migrações se inserem dentro da própria lógica da industrialização capitalista. Há uma relação causal entre a o volume da mão de obra liberado pela agricultura e o aumento da demanda pelos produtos da economia urbana, pois ele é absorvido produtivamente por essa própria economia. Mesmo que a oferta de trabalho seja superior à demanda, aumentando o seu período de residência nas cidades, o imigrante, com o aprendizado da vida urbana e com o processo de aculturação, tende a superar os obstáculos e se move em direção aos setores mais modernos da economia.

A emigração das regiões estagnadas, cujo alto crescimento vegetativo da população tende a fazer delas verdadeiros “viveiros de mão-de-obra”, segundo Singer, tem um efeito depressivo sobre a economia urbana, pois não gera aumento da demanda dos seus produtos. Isso porque, geralmente, os imigrantes são absorvidos pelo setor serviços, principalmente os domésticos, que é inexpressivo para a economia capitalista, do ponto de vista da geração de valor. Se não bastasse, os imigrantes, além de reproduzirem nas cidades alguns traços da economia de subsistência, ainda enviam boa parte das suas receitas, sob a forma de remessas, para as regiões de origem.

Mas, apesar do seu efeito depressivo para a economia urbana, a emigração das regiões estagnadas são, também, funcionais para o desenvolvimento do capitalismo, pois contribuem para a formação do exército industrial de reserva. Esse fenômeno é intrínseco à economia capitalista onde o

produto cresce mais do que a demanda de força de trabalho e é, segundo Singer, o obstáculo estrutural mais importante que se interpõe entre o imigrante e as novas oportunidades econômicas. Esse obstáculo pode tornar-se mais grave devido às características individuais do migrante, como o seu nível de educação e renda, assim como o seu desajuste em relação à nova realidade urbana. Porém, o tempo de aprendizado e aculturação do migrante vai ser fundamental, seja para ele se incorporar aos setores modernos da economia, seja para se manter no exército industrial de reserva.

Embora existam nítidas diferenças nas orientações teóricas de Singer e Todaro, o primeiro mais próximo de uma concepção marxista, através da utilização do conceito de exército industrial de reserva, as semelhanças quanto à relevância das migrações para o desenvolvimento do capitalismo são, também, notáveis. A análise de Singer é menos otimista do que a de Todaro, para quem todos os imigrantes tendem a se transferir, com o tempo, para os setores modernos da economia. Contudo, mesmo para Singer, os imigrantes oriundos das regiões estagnadas, encontrariam o seu lugar no capitalismo como exército industrial de reserva. Ambos, Singer e Todaro, compreendem as migrações como necessárias e positivas para o desenvolvimento do capitalismo e para a mobilidade social dos indivíduos, dentro do contexto dos desequilíbrios setoriais e espaciais de uma economia em desenvolvimento. Para Todaro, essa “racionalidade econômica” que leva o indivíduo a se mover no espaço é inerente à sua própria participação como agente no mercado de trabalho. Enquanto para Singer, essa mesma racionalidade está dada para o migrante, não como indivíduo, mas, como grupo social ou classe, por imposição estrutural do processo de acumulação capitalista.

AS TEORIAS SOCIOLÓGICAS DAS MIGRAÇÕES

A teoria de Germani⁸ sobre as migrações internas tem, como pano de fundo, a teoria da modernização social, vertente sociológica das teorias do desenvolvimento econômico, como a de Lewis. A tese fundamental é que as migrações se constituem num mecanismo fundamental no processo de transição

⁸ **GERMANI, GINO**, *Sociologia de la modernization*, caps. IV, VI e VII, Paidós, Buenos Aires, 1970.

da sociedade tradicional para a moderna. As sociedades tradicional e moderna são tipos ideais assentados sobre a experiência histórica de desenvolvimento do capitalismo no Ocidente.

Segundo Germani, a sociedade tradicional, extremamente integrada, do ponto de vista econômico, normativo e psicossocial, vinculada à economia agrícola, precisa ser “desestabilizada” para que as migrações possam ocorrer. Sem um efeito demonstração, através dos meios de comunicação de massa ou das redes de interação social, ou mesmo através do contato entre as economias, as migrações, como um processo social, não ocorreriam.

A população precisa ser mobilizada socialmente para que seja atraída pela sociedade moderna. Diante das novas possibilidades de participação social, ela se coloca disponível para a emigração. Esse processo de mobilização social dos migrantes, em direção à sociedade moderna, é o que define a migração e faz dela um processo que se estende desde o lugar de origem até a integração do migrante no lugar de destino.

Para Germani, então, a migração é um processo social que vai além dos mecanismos do mercado de trabalho, no plano econômico, e se insere em uma ampla mudança social, cultural e psicossocial, tanto individual, quanto coletiva, dentro do desenvolvimento da sociedade moderna. Desse modo, as migrações, dentro do processo de mobilização social, são necessárias e funcionais para a modernização da sociedade dos países em desenvolvimento.

A análise de Germani, dentro da tradição estrutural-funcionalista, revela a importância do processo de integração social do migrante na sociedade moderna. Entretanto, como trabalha com dois tipos ideais – sociedade tradicional e sociedade moderna –, tende a uma visão dualista que não condiz com a realidade histórica dos países em desenvolvimento. A sociedade moderna que se gera não se confunde com o padrão clássico ocidental, mas, como resultado da própria migração, combina diferentes culturas e uma enorme diversidade social. Mesmo com a indiscutível hegemonia da sociedade urbana sobre o conjunto da nação, não se construiu nas cidades, principalmente nas grandes metrópoles, o espelho da sociedade urbana dos países desenvolvidos. Vale lembrar que a dimensão dualista não é um equívoco presente somente nas teorias sociológicas da migração. Pelo contrário, as teorias econômicas partem do mesmo pressuposto, quando consideram os países em desenvolvimento

marcados pelo dualismo entre as economias agrícolas atrasadas, pré-capitalistas, e as economias urbanas e industriais, capitalistas.

No contexto de profundas desigualdades sociais e espaciais, os imigrantes, ainda que mobilizados socialmente pela sociedade moderna, não obedeceram, necessariamente, ao itinerário otimista de Germani quanto à sua integração, sendo empurrados, muitas vezes, em direção à exclusão social.

A teoria de Duhram⁹, focalizada no caso brasileiro, é mais esclarecedora dos mecanismos sociais envolvidos no processo de migração, inclusive do processo de integração social. Segundo a autora, para que haja migração, é fundamental que a sociedade agrária-tradicional tenha alguma forma de inclusão na “economia competitiva”. Somente assim, a necessidade de melhorar de vida pode levar ao abandono do universo da sociedade tradicional, dentro do qual não há alternativa para a ascensão social. Assim, para Duhram, a migração não é só função da miséria na sociedade de origem, mas da necessidade de melhoria social. E essa necessidade só se realiza se o indivíduo migra.

No caso brasileiro, a migração é uma tradição, faz parte do “equipamento cultural tradicional”. Se o indivíduo quer melhorar de vida, não resta outra alternativa, a não ser migrar para as cidades, particularmente, as grandes. A movimentação no espaço geográfico equivale a uma movimentação no espaço social, organizada a partir do grupo de relações primárias: família, parentes, vizinhança e amigos. É o grupo de relações primárias que acumula as informações necessárias para reduzir os riscos inerentes à migração, ajudando a adaptação na sociedade urbana e, ao mesmo tempo, faz com que o migrante não dissolva os seus laços com a região de origem.

A importância do grupo primário é fundamental, porque o “aparelho cultural tradicional” é inadequado para a adaptação do imigrante ao mundo urbano, principalmente, o mundo do trabalho. Esse grupo, em particular a família, é que possibilita a sua orientação para o ajuste à sociedade urbana, assim como a garantia do seu bem-estar e da sua segurança econômica.

Além de outras contribuições importantes, Duhram chama atenção para a importância da migração como a única alternativa para a mobilidade social dos

DURHAM, EUNICE, A caminho da cidade, 3ª e 4ª partes, Editora Perspectiva, 1984.

que residem nas regiões agrícolas tradicionais. Trata-se de um componente fundamental da tradição cultural brasileira. Mais do que necessária, do ponto de vista do desenvolvimento capitalismo ou da modernização da sociedade, a migração é parte da cultura brasileira, como caminho para a mobilidade social do indivíduo. Não é só uma resultante racionalidade econômica na decisão de emigrar, mas, produto da racionalidade social enraizada na própria cultura brasileira. De acordo com os outros autores citados, para Duhram, a migração, ainda que resultante da decisão individual, é um processo social inerente à própria sociedade onde se insere.

Outras características do paradigma que ilumina essas teorias podem, também, ser mencionadas. Em Duhram, mas, também, nos outros autores, a migração é predominantemente familiar e definitiva. O indivíduo não migra sozinho, mas associado à família e articulado dentro de uma rede de interações sociais que facilita a sua integração na região urbana. E a migração tende a ser definitiva, pois, quanto maior o tempo de residência, maiores serão as possibilidades de assimilação da cultura urbana e da incorporação ao mercado de trabalho tipicamente capitalista.

Em síntese, pode-se compreender, através das teorias econômicas e sociológicas analisadas, que o paradigma que lhes serve de pano de fundo tem, como referência normativa, que a maciça transferência de população das áreas agrícolas tradicionais para as regiões urbanas industriais, é não só necessária, como positiva, para o desenvolvimento da economia capitalista e para a modernização da sociedade. A migração, desse modo, é um processo social inerente ao desenvolvimento do capitalismo, e a racionalidade envolvida na decisão de emigrar leva à uma decisão favorável à emigração, apesar dos custos sociais, econômicos e psicossociais envolvidos. A migração, portanto, tende a ser, familiar e definitiva e é o caminho mais racional, economicamente, em direção a uma melhoria das condições de vida ou a uma mobilidade social.

AS MIGRAÇÕES E AS PARTICULARIDADES DO CASO BRASILEIRO ATÉ 1980

As migrações foram determinantes na história brasileira recente, contribuindo decisivamente para as particularidades do seu processo de

urbanização. Uma questão fundamental que se coloca, então, é se as migrações, e o processo de urbanização, ocorreram de acordo com o paradigma analisado anteriormente.

O processo de urbanização no Brasil só se acelerou e assumiu uma dimensão realmente estrutural na segunda metade do século passado. Somente na década de sessenta é que a população urbana superou a rural. A velocidade do processo de urbanização, muito superior à dos países capitalistas mais avançados, foi a grande novidade do caso brasileiro. Exemplificando, em apenas 50 anos, na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. O que significou, a cada ano, em média, que 2,4 milhões de habitantes eram acrescidos à população urbana.

Esse acelerado processo de urbanização era parte das profundas transformações estruturais pelas quais passavam a sociedade e a economia brasileiras. De fato, era a própria sociedade brasileira que se transformava cada vez mais em urbana, tornando irreversível a hegemonia das cidades, não só como o *locus* privilegiado das atividades econômicas e da residência da população, mas, também, como centro de difusão dos novos padrões de relações sociais – inclusive as relações de produção – e de estilos de vida. Era o Brasil moderno, urbano-industrial, que se sobrepunha ao Brasil agrícola-tradicional, gerando uma síntese singular, muito além de qualquer dualismo: desenvolvimento econômico e modernização social, com fortes desequilíbrios regionais e agudos desequilíbrios sociais.

Essas particularidades da economia e da sociedade brasileiras serviram de pano de fundo para o fantástico movimento migratório da população. Somente entre 1960 e o final dos anos oitenta, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas, inclusive os efeitos indiretos nas respectivas décadas¹⁰. Um deslocamento populacional gigantesco, num breve espaço de tempo, o que bem qualifica a causa

¹⁰ CARVALHO, JOSÉ A.; FERNANDES, FERNANDO. **Estimativas dos saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e grandes regiões do Brasil**. 1994. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br.

fundamental do acelerado processo de urbanização pelo qual passava a sociedade brasileira.

As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades eram o pivô das atividades econômicas. Mas, o destino fundamental dos migrantes que abandonavam os grandes reservatórios de mão de obra – o Nordeste e Minas Gerais, principalmente – eram as grandes cidades, particularmente, os grandes aglomerados metropolitanos em formação no Sudeste, entre os quais a Região Metropolitana de São Paulo se destacava.

As migrações definiram a tendência à concentração populacional nos grandes aglomerados metropolitanos. Em 1970, contabilizava-se, no Brasil, uma população de cerca de 93 milhões de habitantes. Aproximadamente um terço desse total tinha, como residência, os municípios pertencentes às aglomerações metropolitanas. Considerando-se somente a população urbana, essa proporção chegava quase aos cinquenta por cento¹¹.

Levando em conta que foi somente na década de sessenta que a população urbana superou a rural, pode-se afirmar que a transformação urbana no Brasil foi tão acelerada que fez coincidir, no tempo, a urbanização, a concentração da população urbana e a metropolização.

Vale a pena refletir sobre o papel das migrações internas dentro do processo de urbanização. Elas foram decisivas para alinhar e integrar territorialmente a sociedade brasileira, na segunda metade do século XX. Com a expansão dos sistemas de transporte e de comunicação, os migrantes fluíram aceleradamente, contribuindo para a estruturação de um sistema de cidades de dimensão nacional, comandado pelos grandes aglomerados metropolitanos. A presença do Estado, no caso, foi preponderante, tanto nas políticas que condicionavam a alocação espacial dos investimentos públicos e privados, quanto na expansão da fronteira agrícola e mineral.

Os fluxos migratórios, que contribuíam para consolidar o sistema de cidades, intensificaram-se com o desenvolvimento da economia e da sociedade, entre 1950 e 1980. Não só eram necessários para a economia

¹¹ BRITO, FAUSTO. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, 57, USP, 2006.

urbano industrial que se expandia, principalmente no Sudeste, como transferia maciçamente população das áreas agrícolas tradicionais, estagnadas ou não, para as regiões urbanas.

Não resta dúvida que se abria uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida para uma enorme parcela da população. Duhram tinha razão quando chamava atenção para a tradição migratória, enraizada na cultura brasileira, que articulava a mobilidade espacial com a mobilidade social. Aliás, era essa a única alternativa de mobilidade social para a grande maioria da população brasileira¹². Nunca, como nesse período da história brasileira, as oportunidades foram tantas nas grandes cidades e, em particular, nas regiões metropolitanas. Com o desenvolvimento acelerado da economia, os empregos e as ocupações se multiplicavam e a esperança dos migrantes podia, muitas vezes, se transformar em realidade.

Os caminhos percorridos pelos migrantes, através das grandes trajetórias migratórias, traziam a esperança, nem sempre efetivada, de uma melhoria das suas condições de vida. Os grandes aglomerados metropolitanos eram os lugares, por excelência, onde era possível viabilizar a articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social. Mesmo que houvesse um “tempo de adaptação” ou que se tivesse que passar um período nos setores tradicionais da própria economia urbana.

Essa era a grande característica do padrão migratório que prevaleceu até os anos oitenta: o desenvolvimento da economia e da sociedade abria caminhos para a articulação da mobilidade espacial, ou da migração, com a mobilidade social. Mudar de residência com a família para um outro município ou estado era uma opção social consagrada pela sociedade e pela cultura, estimulada pela economia e com a possibilidade de se obter êxito na melhoria de vida¹³. Tudo, de acordo com o paradigma e com as teorias: a migração era racional e necessária para o indivíduo que migrava, em particular, e positiva e funcional para o desenvolvimento da economia e modernização da sociedade.

¹² BRITO, FAUSTO. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, ADELITA (org.). **Transições migratórias**. Fortaleza: Iplance, 2002.

¹³ BRITO, FAUSTO. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, ADELITA (org.), op.cit.

Contudo, a história mostrou que eram muitos os migrantes, mas nem todos conseguiam transformar a sua esperança em realidade, apesar do dinamismo da economia e da abertura propiciada pelas mudanças em direção à modernização social. A sincronia, no tempo, entre os acelerados processos de urbanização, concentração urbana e metropolização, estimulada pelas migrações, contribuiu para uma extensa revolução urbana, que atravessou o país e marcou profundamente a sociedade moderna que emergia. Contudo, as desigualdades sociais, que historicamente têm sido uma característica da sociedade brasileira, tornaram-se mais agudas e se projetaram sobre o Brasil urbano e moderno. Ainda que muitos imigrantes tenham aproveitado as amplas oportunidades econômicas e sociais e conectado a mobilidade espacial com a social, os obstáculos postos pela rígida estrutura social foram extremamente seletivos e o processo de integração social foi muito diferenciado. Nessa perspectiva, ao contrário do que previa o paradigma, e as teorias por ele influenciadas, nem mesmo o tempo de residência, para muitos imigrantes, era suficiente para que eles rompessem os limites à integração, postos pela extrema desigualdade social que acompanhava as modernas economia e sociedade urbana no Brasil.

AS MIGRAÇÕES E AS PARTICULARIDADES DO CASO BRASILEIRO APÓS 1980

O padrão migratório prevalecente até a década de setenta do século passado, no Brasil, começou a sofrer profundas modificações. Conseqüentemente, o paradigma e as teorias examinadas anteriormente neste ensaio, se já não são plenamente satisfatórias para explicar as migrações entre 1950-1980 e estão a exigir uma profunda revisão¹⁴.

A redução do ritmo da urbanização, assim como do crescimento das grandes cidades e aglomerados metropolitanos, refletem as transformações profundas pelas quais passaram a economia e a sociedade brasileiras. A intensa internacionalização da economia e a conseqüente reestruturação

¹⁴ BRITO, FAUSTO. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, ADELITA (org.), op.cit.

produtiva modificaram substancialmente o processo de acumulação de capital, mesmo sem ter alterado, substancialmente, os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais. Todavia, a economia e a sociedade não exigiam mais uma transferência inter-regional do excedente populacional na forma como aconteceu no terceiro quartel do século passado.

Dessa maneira, as migrações deixaram de ser tão positivas e necessárias para o desenvolvimento do capitalismo e para a modernização da sociedade. As grandes cidades e os aglomerados metropolitanos, como resultado, em grande parte, das migrações anteriores e das suas conseqüências intergeracionais, passaram a contar, dentro dos seus próprios limites territoriais, com o excedente populacional necessário para o funcionamento satisfatório do mercado de trabalho.

Por outro lado, as maciças transferências inter-regionais da população, seja das áreas rurais para as urbanas, seja entre os diferentes estados e regiões, deixaram de ser viáveis, não só do ponto de vista econômico e social, mas, também do ponto de vista demográfico. O padrão migratório prevalecente anteriormente no Brasil é típico da primeira fase da transição demográfica, quando fecundidade alta e mortalidade em forte declínio possibilitavam altas taxas de crescimento populacional nos grandes reservatórios de mão-de-obra, como o Nordeste e Minas Gerais. Anteriormente, a transferência dos enormes excedentes populacionais para as áreas urbanas, somados aos altos e generalizados níveis de fecundidade,, foram decisivos para a notável sincronia entre urbanização, concentração urbana e metropolização.

Na fase atual da transição demográfica, onde a fecundidade já alcança o nível de reposição, não há mais possibilidade de se gerar, nas tradicionais regiões de origem migratória, os mesmo excedentes populacionais do passado e, conseqüentemente, suas enormes transferências interestaduais. A condições demográficas se associam às econômicas e sociais, para tornarem as migrações menos prováveis e necessárias do que previa o antigo paradigma.

Observa-se, então, atualmente, uma redução na velocidade do crescimento dos grandes aglomerados metropolitanos, principalmente dos seus núcleos, e um redirecionamento de parte das migrações internas para as

idades médias não metropolitanas¹⁵. Dentro dos aglomerados metropolitanos, tem havido uma notável tendência a um maior crescimento dos municípios periféricos, em relação às capitais, evidenciando um processo de inversão espacial do comando do crescimento demográfico metropolitano, acelerado pelos saldos negativos dos fluxos migratórios entre capitais e os outros municípios metropolitanos.

Pode-se argumentar que a alocação espacial das atividades econômicas dentro do espaço metropolitano gerou, também, um mercado de trabalho metropolitano. E, como consequência, uma mobilidade da força de trabalho em direção a uma maior proximidade do emprego. Nas primeiras décadas de formação dos aglomerados metropolitanos, esse fenômeno foi claramente observado. Mas, atualmente, a ele se sobrepõe a mobilidade pendular, isto é, a mobilidade espacial derivada da separação entre o lugar de residência e o lugar de trabalho ou, mais amplamente, uma separação entre o lugar de residência do trabalhador e os diferentes lugares indispensáveis à sua reprodução social e da sua família.

Os migrantes que chegam, recentemente, aos aglomerados metropolitanos estão sujeitos, como sempre, às mesmas dificuldades impostas à população metropolitana pelos mercados de trabalho e imobiliário. A estratificação social é seletiva, não só para os imigrantes, mas para toda a população. Do ponto de vista social e econômico, os migrantes e os não migrantes se tornaram ainda mais indiferenciados. Entretanto, os rigores dos mercados de trabalho e imobiliário tornaram a seletividade da estrutura social urbana mais rigorosa do que no passado. E é, justamente, essa estrutura social rigorosa, projetada no espaço das metrópoles, associada às condições recentes da acumulação capitalista, que mantém dentro dos seus próprios limites territoriais, excluídos dos benefícios da sociedade e da economia, o excedente de mão de obra necessário.

¹⁵ BRITO, FAUSTO. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Revista Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, jan. 2006.

AS MUDANÇAS FUNDAMENTAIS NO PARADIGMA

Não se quer dizer que a tradição migratória brasileira desapareceu, até porquê a rigidez da estrutura social brasileira ainda impõe, para muitos, a migração, como uma das poucas alternativas para se “melhorar de vida” ou “ascender socialmente”. Entretanto, a ampliação das telecomunicações, hoje mais abrangente do que antes, assim como as redes de interação social, têm tido um efeito fundamental divulgando que as grandes virtudes das grandes cidades desapareceram, diante da violência urbana, do desemprego, das dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos e à moradia. As “externalidades positivas” das grandes cidades, das regiões metropolitanas em particular, que tanto atraíam os migrantes, segundo as teorias econômicas, foram superadas pelas “externalidades negativas”, comprometendo a esperança do migrante de traduzir em realidade a sua “ilusão de melhorar de vida”.

Não há dúvida que a redução excepcional da capacidade de geração de emprego e de novas oportunidades ocupacionais, objetivamente, descolou a mobilidade espacial da mobilidade social, inaugurando um novo padrão migratório e superando as antigas teorias e o paradigma que servia de referência para elas.

O mercado de trabalho tornou-se rígido, com uma cadeia de pré-requisitos educacionais e de treinamento extremamente excludentes para a grande maioria da população migrante. Hoje, é basicamente impossível, para o migrante pobre e sem um nível educacional elevado, sair do interior nordestino, ir para São Paulo e lá conseguir alguma forma de ascensão social, mesmo dentro dos estreitos limites da classe trabalhadora. Além do mais, a sociedade urbana, mais competitiva e cada vez menos solidária, assombrada com a barbárie que tem predominado nas relações sociais, aumentou os seus mecanismos de discriminação e de exclusão dos mais pobres. Conseqüentemente, as barreiras ao livre trânsito dos migrantes têm sido freqüentes e exacerbam os mecanismos de seletividade estrutural.

A migração, desnecessária do ponto de vista da economia e descolada das possibilidades de ascensão social, pode tornar-se negativa para o indivíduo. A racionalidade econômica que, segundo o velho paradigma, era a

bússola necessária para o migrante encontrar o seu caminhos, no novo padrão migratório torna-se, mais ainda, obsoleta diante dos riscos envolvidos, atualmente, no processo migratório.

Em síntese, os fundamentos demográficos, econômicos, sociais e culturais do padrão migratório que prevaleceu até a década de oitenta foram fundamentalmente comprometidos¹⁶. Portanto, os mecanismos de mobilização e integração social dos migrantes na sociedade urbana, moderna, como previam algumas teorias, perdeu muito do seu vigor. A migração de retorno, que se generalizou nas grandes regiões metropolitanas, é, para muitos, um novo caminho na contramão da possibilidade de ascensão social para o migrante. A sociedade e a economia mobilizam grande parte dos migrantes na região metropolitana, não absorvidos econômica e socialmente, para o caminho de volta, o retorno, ou para se deslocar para as periferias mais distantes dos municípios metropolitanos.

A emigração de retorno reflete, também, inclusive para aqueles que residiam há mais tempo nos aglomerados metropolitanos, que a integração do imigrante na sociedade urbana moderna não quebrou os seus vínculos com o grupo primário e, conseqüentemente, com a região de origem. Durham percebeu com nitidez esse fundamento da migração para as grandes cidades¹⁷.

Não é surpreendente que, mesmo sob todos os riscos, muitos continuem migrando para São Paulo, ou qualquer outro grande centro urbano. É a força da inércia das trajetórias migratórias, construídas durante mais de meio século, como o único caminho para a sobrevivência social. Elas podem se manter, mesmo que as condições objetivas se tornem desfavoráveis. Mas serão, sem dúvida, cada vez menos migrantes a percorrê-las com a mesma motivação que prevalecia até os anos oitenta.

A inércia estrutural das trajetórias explica uma parte da migração para os grandes aglomerados metropolitanos. Não podem ser omitidas as péssimas

¹⁶ BRITO, FAUSTO. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, ADELITA (org.), op.cit.

¹⁷ DURHAM, EUNICE, op.cit, 1984.

condições econômicas e sociais que persistem em muitas regiões no Nordeste, em Minas Gerais e em muitas outras regiões brasileiras. Migrantes “potenciais” ainda são gerados pelas grandes desigualdades e pelos agudos desequilíbrios sociais que ainda prevalecem no Brasil. Mas, para esses, a migração de alto risco para as regiões metropolitanas é uma alternativa, não mais para a mobilidade ou ascensão social, mas para a mera sobrevivência. Torna-se uma migração datada, já não é mais uma mobilidade familiar com o objetivo de se mudar de residência, contando com o tempo ao seu lado. Pelo contrário, é uma migração, na sua grande maioria, de curto prazo, para melhorar de vida, não no lugar de destino, mas no lugar de origem.

As grandes metrópoles passaram a ser, para os migrantes que chegam, ou para aqueles que dentro dela se movem, acima de tudo, uma arriscada busca da sobrevivência, com uma grande possibilidade de insucesso. Não é sem motivo que a reemigração, o retorno e a migração de curto prazo se transformam em opções para os migrantes, mesmo para aqueles que, na sua região de origem, pouco têm para a uma sobrevivência digna.

O migrante e o processo migratório não podem mais ser compreendidos a partir do mesmo paradigma e das mesmas teorias que melhor se ajustavam à explicação do padrão migratório que prevaleceu até a década de oitenta do século passado. Resta o desafio de responder às questões teóricas postas pelo novo paradigma enunciado neste ensaio.

AS DIMENSÕES POLÍTICAS DO NOVO PARADIGMA

Contudo, antes de concluir, é importante voltar a um tema fundamental. Na definição clássica de migração, segundo a tradição marxista, a mobilidade da força de trabalho é uma condição necessária para a constituição do mercado de trabalho capitalista. O trabalhador tem a liberdade de vender a sua força de trabalho, liberdade positiva, pois a força de trabalho é uma mercadoria sua e que pode ser vendida segundo o seu interesse. Por outro lado, o trabalhador não tem alternativa a não ser vender a sua força de trabalho. É a dimensão negativa

da liberdade que o mercado de trabalho capitalista lhe oferece¹⁸.

A liberdade de vender a sua força de trabalho implica, como condição necessária, a sua mobilidade entre os diferentes setores da economia e no espaço, segundo as necessidades do capital. Nessa perspectiva, à liberdade de vender a sua força de trabalho, acrescenta-se a liberdade de se mover no espaço ou de migrar. Em outras palavras, a migração, ou a mobilidade espacial da força de trabalho, é considerada, por definição, inerente ao próprio mercado de trabalho capitalista. Trata-se de uma condição que se desenha desde os primeiros estágios do capitalismo, quando da subordinação formal do trabalho ao capital.

Com o desenvolvimento do capitalismo, e com a intensificação do progresso técnico, a tendência do mercado de trabalho tem sido aumentar os requisitos à entrada, exigindo-se, cada vez mais uma maior qualificação da mão-de-obra. A partir dos anos oitenta, com a ampliação da internacionalização da economia e com a profunda reestruturação produtiva, o mercado de trabalho capitalista aumentou a rigidez das barreiras à entrada. Logicamente, essas barreiras se traduzem na geração de um excedente de força de trabalho, empurrado para as atividades ocupacionais com menor produtividade ou mesmo para o desemprego.

Esse excedente disponível nos grandes aglomerados metropolitanos, como já mencionado, dispensa a histórica dependência do seu mercado de trabalho das transferências regionais ou inter-regionais de mão de obra, mesmo quando a economia segue uma trajetória de crescimento. A consequência inevitável, portanto, é que se estabeleçam barreiras à mobilidade espacial da população, principalmente daquela com menor qualificação profissional. Não se trata, somente, de um aumento da seletividade na origem e no destino, como previam as tradicionais teorias sobre as migrações, mas de uma independência, cada vez maior, da acumulação capitalista de imigrantes provenientes de regiões além dos aglomerados metropolitanos, a não ser por um curto prazo.

No caso dessas metrópoles, onde se localiza a maior parte do excedente de mão de obra do país, as exigências do mercado de trabalho é que

¹⁸ GAUDEMAR, JEAN PAUL, Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital, caps. 5,6 e 7, Editorial Estampa, 1977.

se intensifique a mobilidade intrametropolitana, inclusive a pendular. Não se trata de que o mercado de trabalho capitalista dispense a liberdade de movimento da mão de obra, contudo o conteúdo dessa liberdade é diferente. Ela está cada vez mais condicionada por restrições, não só econômicas, mas sociais e políticas. Boa parte da população, certamente, deixa de se constituir, realmente, no excedente necessário, do ponto de vista da economia e da sociedade, e passa a ser supérflua, ou seja, social e economicamente dispensáveis. O caminho desta parcela da população é torna-se, apenas, mero objeto das políticas de transferência de renda do governo.

Vale a pena, para contribuir na construção do argumento, recorrer ao exemplo da migração internacional. O estágio avançado da transição demográfica nos países desenvolvidos exige, para suprir o mercado de trabalho, face às necessidades da economia, uma crescente migração internacional. Entretanto, por razões que ultrapassam as econômicas, assiste-se a um notável paradoxo: a crescente demanda de mão de obra está sendo acompanhada de fortes restrições à imigração internacional. Não é aqui, neste ensaio, o lugar para se discutir esse tema, mas é evidente que a liberdade de movimento da mão de obra no plano internacional está longe de gozar das mesmas franquias que o capital.

As migrações internas não têm as restrições das migrações internacionais resultantes das fronteiras das nações soberanas. Contudo, observam-se, cada vez mais, barreiras econômicas, sociais e políticas ao livre movimento dos migrantes internos. Pode-se dizer que a liberdade de movimento da mão-de-obra, se nunca foi plena para a totalidade da população, atualmente está cada vez mais condicionada à fortes restrições.

Na perspectiva de se elaborar um novo paradigma para se compreender as migrações atualmente, emerge uma dimensão normativa, política, extremamente relevante, não só para a migração internacional, mas para a interna: o direito à liberdade de se mover no território. É lógico que o direito à mobilidade está associado ao direito à não mobilidade, à recusa a mobilidade forçada, fruto da violência do Estado ou do capital.

Se a realidade atual tem transformado a mobilidade espacial, ou a migração em uma atividade de risco para os considerados supérfluos pela economia e pela sociedade, não se exigiria, então, que a liberdade de

movimento seja um pré-requisito do indivíduo, como cidadão, e não do mercado? O conteúdo da liberdade passaria a ser outro, sairia do plano econômico e passaria para o plano político. Torna-se fundamental, então, garantir o direito das pessoas à mobilidade, além dos estreitos caminhos que o mercado lhes impõem. Essa dimensão política, a isonomia no direito à mobilidade espacial, deve ser incorporada como fundamento do novo paradigma de referência para as novas teorias sobre as migrações internas recentes no Brasil. No antigo paradigma, as migrações aparecem fundamentalmente no espaço econômico. As normas do mercado se sobrepõem à política e a “racionalidade econômica” aos direitos do cidadão. Essa marcante despolitização é um dos traços a ser superado pelo novo paradigma.

Uma outra dimensão política deve ser incorporada à compreensão das migrações, no caso do Brasil. Uma mudança substantiva observada no padrão migratório pós-1980 foi o descolamento da mobilidade espacial da mobilidade social. Uma questão fundamental, pois era uma das poucas possibilidades de mobilidade social aberta pela sociedade brasileira e, mesmo assim, com uma probabilidade condicionada de êxito. Se o direito à mobilidade espacial deve ser resguardado, o mesmo deve ser considerado para o direito à mobilidade social. Ou, em outras palavras, a liberdade de movimento deve estar articulada, na perspectiva da justiça, ao direito de melhoria nas condições de vida. Nas condições atuais da sociedade e da economia, sabe-se bem, que é uma possibilidade remota reviver essa articulação.

Mas, aí reside um problema importante. Não basta entender somente como o padrão migratório se transformou e quais as mudanças significativas que devem ser incorporadas a um novo paradigma para entendê-lo. Precisa-se ir além, não só entendendo que a mobilidade espacial é um direito do indivíduo, mas, também, avançar em direção ao futuro e pensar sob que condições econômicas e sociais a mobilidade espacial pode voltar a se articular com a mobilidade social. O presente não é uma fatalidade inexorável e nem o futuro é a sua pálida projeção.

A atividade analítica não se esgota na compreensão da realidade como ela é, mas vai além, dando conta de como a realidade deveria ser na perspectiva da justiça e da redução das desigualdades sociais. Há muito já se superou o desencontro entre o campo teórico e o normativo. A discussão

colocada neste ensaio sobre os paradigmas e sua importância na construção das teorias migratórias procurou superar essa dicotomia. Dessa maneira, a análise sobre o presente das migrações internas não se separa da reflexão sobre o seu futuro. Não se trata, fundamentalmente, de pensar políticas migratórias, mas de se entender, na perspectiva do novo paradigma, a dimensão política das migrações internas no plano do direito e da justiça social. .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRITO, FAUSTO. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Estudos Avançados, 57, USP, 2006.

BRITO, FAUSTO. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, ADELITA (org.). Transições migratórias. Fortaleza: Iplance, 2002.

BRITO, FAUSTO. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. Revista Perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, jan. 2006.

CARVALHO, JOSÉ A.; FERNANDES, FERNANDO. Estimativas dos saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e grandes regiões do Brasil. 1994. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br

DURHAM, EUNICE, A caminho da cidade. Editora Perspectiva, 1984

GAUDEMAR, JEAN PAUL, Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital. Editorial Estampa, 1977.

GERMANI, GINO, Sociologia de la modernization., Buenos Aires, 1970.

LEWIS, W. A. El desarrollo economico con oferta ilimitada de trabajo, in **AGARWALA A. N., SINGH S.P.,** La economia del subdesarrollo, Editorial Tecnos, Madrid, 1963.

SINGER, PAUL, Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo, in in Migração Interna, Textos Seleccionados, tomo I, coordenador, **MOURA, HÉLIO;** Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980

TODARO, MICHAEL; A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos, in Migração Interna, Textos Seleccionados, tomo I, coordenador, **MOURA, HÉLIO;** Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980

VAINER, CARLOS B., Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade, in **POVOA NETO, H. E FERREIRA, A.P.,** Cruzando Fronteiras Disciplinares, um panorama dos estudos migratórios, Editora Revan / FAPERJ, 2005